

CEDIS

Relatório Científico 2020 – Descrição detalhada das atividades desenvolvidas

Em 2020, o CEDIS continuou a aprofundar a investigação nas áreas do Direito e Ciências Sociais, sob a direção do Professor Doutor Armando Marques Guedes, agora coadjuvado pela Professora Doutora Athina Sachoulidou e pelo Professor Doutor Miguel Moura.

No primeiro ano de execução do Projeto Estratégico do CEDIS 2020-2023, o CEDIS organizou 27 seminários e conferências, produziu 91 Livros, teve 50 artigos publicados em revistas internacionais e 25 artigos em revistas nacionais. Os investigadores e investigadoras do CEDIS apresentaram 47 comunicações em encontros científicos internacionais e 55 comunicações em encontros científicos nacionais demonstrando resiliência e capacidade de inovar num ano dominado por uma Pandemia. Foram ainda publicados 20 *working papers*

A Pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 fez com que, em 2020, diversas iniciativas fossem adiadas e/ou canceladas. No CEDIS, os constrangimentos e a proibição de acesso a alguns serviços públicos, tais como bibliotecas e universidades, a suspensão de aulas e, principalmente, o confinamento obrigatório e as restrições à circulação na via pública precipitaram algumas mudanças. Desde logo, a tomada de consciência da necessidade de encontrar novas soluções de comunicação à distância e de adaptação das atividades de investigação ao ambiente digital.

O SARS-CoV-2 acabou por ser também o tema de algumas atividades e investigações dos membros do CEDIS, como por exemplo: o *webinar* “Covid-19 and Data Protection”, a 22 de abril, organizado pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho e pela Professora Doutora Graça Canto Moniz; e o *webinar* “Impact of Covid-19 on the Environment and Climate Change”, a 9 de junho, organizado pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho, pelo Doutor Tiago de Melo Cartaxo e pelo Professor Doutor J. B. Ruhl, da Universidade de Vanderbilt. Ainda, as comunicações do Professor Doutor Jorge Morais Carvalho, respetivamente, sobre “A Proteção do Consumidor em Tempos de Covid-

19”, no dia 14 de maio, na conferência *on-line* intitulada “A Proteção do Consumidor em Tempos de Covid-19”, organizada pelo Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados; a “Covid-19 e Serviços Públicos Essenciais”, no dia 27 de maio, no âmbito das XII Jornadas Transmontanas de Direito do Consumo: A Covid-19 e os Direitos dos Consumidores; e “La Última Legislación de Portugal en Materia de Covid-19”, no dia 26 de junho, na conferência virtual “Consecuencias de la Pandemia de Covid-19 en el Derecho del Consumidor en Argentina, la Unión Europea y Brasil”, organizada pela Universidade Blas Pascal, na Argentina. Outro exemplo foi a comunicação “Covid-19 and the state of exception” da investigadora Emellin de Oliveira, Doutoranda em Direito, no dia 27 de novembro, no âmbito do *Political Science Day* da *Austrian Political Science Association*.

O SARS-CoV-2 foi ainda tema de diversos artigos, publicados em revistas científicas, e outras obras coletivas, tais como: “A crise do Covid-19 e o Estado de não Direito Português”, do Professor Doutor José Lucas Cardoso, publicado na Revista General de Derecho Administrativo. O “Stato di emergenza, stato di assedio e Covid-19 nel diritto costituzionale portoghese”, do Doutor Giovanni Vagli, publicado na revista Studi parlamentari e di politica costituzionale. “Consumer Law and COVID-19 in Portugal”, em Coronavirus and the Law in Europe, publicado pela editora Intersentia e “Covid-19 e Direito do Consumo”, publicado na Revista do Ministério Público, ambos do Professor Doutor Jorge Morais Carvalho. “Portugal e a COVID-19: balanço e perspetivas de uma Ordem Jurídica de Crise”, do Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia também na Revista do Ministério Público e “O estado de exceção constitucional em Portugal”, do mesmo autor, num caderno especial, publicado pelo Centro de Estudos Judiciários. “Incentivos Tributários no Combate à COVID-19: inaplicabilidade do princípio da subsidiariedade.”, da Professora Doutora Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas, em Covid-19: Democracia e Poder, publicada pela editora Univali. Da mesma investigadora, “Novos Desafios das Famílias após a Pandemia da COVID-19 e a Mediação de Conflitos como Possibilidade de Reconstrução dos Relacionamentos”, em Covid-19: Direitos Humanos e Educação, publicada também pela editora Univali. “O regime actual da relação de trabalho pode responder à crise?”, do Professor Doutor António Monteiro Fernandes, em COVID 19 e trabalho: o dia seguinte,

publicado na coletânea Estudos APODIT pela AAFDL – Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

Destacamos a promoção de outras atividades com reconhecimento internacional, nomeadamente o workshop “Translation, Hospitality, and Equal Liberty”, que decorreu a 3 de março, organizado pela Professora Doutora Soraya Nour Sckell, e a conferência virtual “From Human Rights Principles to Politics”, a 15 de outubro, organizada pelas investigadoras Professora Doutora Claire Bright, Professora Doutora Margarida Lima Rego e pela Doutoranda Dimitra Fragkou.

No que se refere à criação de redes de extensão científica e cultural e de prestação de serviços à comunidade, o CEDIS continuou a apoiar o trabalho dos Laboratórios temáticos e dos diversos Centros de Conhecimento da NOVA School of Law. Para ilustrar este trabalho com os diferentes centros, realçamos as seguintes iniciativas: o NOVA Centre on Business, Human Rights and the Environment que se destacou pela realização de um curso de Pós-graduação, para alunos da Universidade NOVA, em “Business, Human Rights and Sustainability”, organizado pela Investigadora Professora Doutora Claire Bright, com 14 sessões, incluindo 5 *guest lectures* e duas sessões partilhadas com alunos/as da EDHEC Business School, de França, que decorreram entre os meses de setembro e dezembro. Destacamos também o Ciclo de Webinários sob o tema “Business and Human Rights Developments in Southern Europe”, organizado em parceria com o British Institute of International and Comparative Law, que abordou a situação em Portugal, na Espanha, em Itália, na Suíça e na Grécia, e que decorreu entre setembro de 2020 e janeiro 2021. A NOVA Refugee Clinic – Legal Clinic, por sua vez, aprofundou a sua intervenção em todas as vertentes de ação-investigação, o trabalho, em particular, do Grupo de Prática que começou a facultar orientação e encaminhamento a requerentes e beneficiários de proteção internacional no âmbito do Direito de Asilo e dos direitos sociais, coordenado pela investigadora Emellin de Oliveira, Doutoranda em Direito. De referir ainda a realização de cursos de capacitação, em parceria com a Jurisnova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, como, por exemplo, o E-Curso de Direito de Imigração e Asilo, que decorreu de 16 a 19 de junho de 2020, e o E-Curso em Direito de Estrangeiros: o Direito de Asilo, Imigração e Nacionalidade, que decorreu entre 16 e 20 de novembro. No

que se refere a parcerias com agentes relevantes da comunidade, destacamos a sessão promovida pelo Fórum Refúgio Portugal, no dia 13 de novembro, sobre “Mulheres na pandemia Covid-19: forças em situação de vulnerabilidade”, que contou com a participação da investigadora Maria Mariana Moura, Doutoranda em Direito. Do NOVA Consumer Lab, sublinhamos o ciclo de webinários com o título de NOVA Consumer Talks, que contou com a participação de oradores convidados da Universidade de Maastricht, da Yale Law School e da Universidade de Siena. Estes debates envolveram também investigadores da Universidade de Bayreuth, da Universidade de Leiden e da Universidade de Radboud, na discussão de temas como “The Crossroads Between Data Protection and consumer law”. É de assinalar também a publicação do Anuário do NOVA Consumer Lab – Ano II. E, por fim, do Observatório para a Proteção de Dados Pessoais, destacamos o ciclo de webinários que decorreu no período entre fevereiro e dezembro de 2020, organizado pelo investigador Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho e pela investigadora Professora Doutora Graça Canto Moniz. Foram abordados diversos temas, como a “Responsabilidade Conjunta e Subcontratação” e a “Proteção de dados e novas tecnologia”. Foi também publicado o terceiro número do Anuário do Direito da Proteção de Dados Pessoais, a revista jurídica de livre acesso que tem como objetivo divulgar estudos doutrinários sobre o direito à proteção de dados pessoais.

De notar a continuidade das atividades dos três Projetos de Investigação FCT: o projeto LEGALPL- Pluralismo jurídico no império português (séculos XVIII-XX), tendo como Investigadora Responsável a Professora Doutora Ana Cristina Nogueira da Silva (valor do financiamento: 213.527,35€); o projeto Legimpact – Produção legislativa enquanto meio de realização de políticas públicas: análise quantitativa e de impacto socioeconómico, tendo como Investigador Responsável o Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (valor do financiamento: 208.641,05 euros); e o projeto COSMOS – Cosmopolitismo: justiça, democracia e cidadania sem fronteiras, tendo como Investigadora Responsável a Professora Doutora Soraya Nour Sckell (valor do financiamento: 238.713,37 euros). De referir também a aprovação pela FCT, e respetiva homologação pela Tutela, a 17 de dezembro do projeto IN_SOLVENS: Direito da insolvência em Portugal - uma análise multidisciplinar, tendo como Investigadora Responsável a Professora Doutora Mariana França Gouveia,

(valor do financiamento: 196.963,13 euros) e cujo período de execução do projeto vai decorrer entre 1 de fevereiro de 2021 e 31 de janeiro de 2024.

O CEDIS continuou a privilegiar a promoção do intercâmbio científico entre instituições e investigadores, nacionais, estrangeiros, apoiando a adaptação dos seminários permanentes semanais sobre o Estado e o estudo do Direito (SPEEDs) ao ambiente online, pela comparticipação no financiamento de missões de investigadores estrangeiros para participar em eventos organizados pelo CEDIS, tais como a deslocação do Professor Doutor Angel Oquendo para participar no SPEED no dia 14 de outubro e na conferência 'From Human Rights Principles to Politics', nos dias 15 e 16 de outubro, e no financiamento de missões para participação em eventos de associações internacionais, tais como as inscrições da investigadora Inês Tralhão Fernandes, aluna do 4.º ano da Licenciatura em Direito e do investigador João Pedro Marques de Azevedo, aluno do último ano de Mestrado em Direito Internacional e Europeu para participação no Winter Course da The Hague Academy of Law que decorreu entre 11 e 29 Janeiro de 2021; a deslocação da investigadora Maíra Tito a Edimburgo, Doutoranda em Direito, entre 16 a 20 de Abril de 2020, para a participação no encontro presencial de um curso promovido pela Clinton Global Initiative University (CGI U) sobre gestão de projetos inovadores; a inscrição do investigador Guilherme Berriel, Doutorando em Direito, na II Conferência Euroamericana para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos, a 16 e 17 outubro; a deslocação do Doutor Nuno Camarinhas para a participação na European Social Science History Conference 2020, na qualidade de co-chair da Criminal Justice Network da conferência, e de presidente dos painéis «Rumours, Reputation and Justice in Eighteenth-century Scandinavia» e «Local Courts and Popular Justice», em Leiden, de 17 a 23 de março.

No que se refere a concursos, o CEDIS abriu um concurso para a atribuição de 5 Bolsas de Investigação para Doutoramento, ao abrigo do Protocolo de Colaboração para Financiamento do Plano Plurianual de Bolsas de Investigação para Estudantes de Doutoramento, celebrado entre a FCT e o CEDIS (Ref. UID/00714/2020). Abriu ainda concurso para uma Bolsa de Iniciação à Investigação para alunos de licenciatura (BII) a ser financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do Projeto Estratégico do

CEDIS 2020-2023 (Ref. UID/00714/2020) e renovou uma Bolsa de Investigação para licenciado/a (BI) atribuída no ano anterior.

Os desvios à execução do projeto em relação ao proposto na candidatura resultaram, sobretudo, dos constrangimentos que a situação pandémica impôs às pessoas e às organizações e materializam-se numa baixa execução financeira e na necessidade de prolongar o prazo de execução de dois projetos.

Dada a fase inicial de execução do Projeto Estratégico do CEDIS 2020-2023 e a incerteza face à situação pandémica, os ajustamentos que pensamos vir a fazer passam pelo investimento em mais equipamentos informáticos e na renovação do website do CEDIS, de modo a dar uma resposta mais adequada aos desafios da transição digital; o reforço da equipa de secretariado, a fim de robustecer o apoio aos investigadores e às investigadoras que procuram promover ou integrar consórcios de investigação internacionais, bem como consolidar o suporte à produção científica, de modo a continuar a concretizar a visão plural do Direito na sociedade contemporânea, com uma abordagem interdisciplinar e inovadora da investigação jurídica, que reflita a abordagem da NOVA School of Law nos estudos jurídicos.